



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

RUTH FERREIRA CONSERVA ANDRADE

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA JUNTO
AO PROJETO FREQUÊNCIA EM DIA REALIZADO NA ESCOLA GUSTAVO
ADOLFO CÂNDIDO ALVES NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB.**

**CAMPINA GRANDE
2017**

RUTH FERREIRA CONSERVA ANDRADE

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA JUNTO
AO PROJETO FREQUÊNCIA EM DIA REALIZADO NA ESCOLA GUSTAVO
ADOLFO CÂNDIDO ALVES NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Me. Liélia Barbosa Oliveira

**CAMPINA GRANDE
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A553s Andrade, Ruth Ferreira Conserva.

O serviço social na educação [manuscrito] : um relato de experiência junto ao projeto frequência em dia realizado na escola Gustavo Adolfo Cândido Alves no município de Campina Grande – PB. / Ruth Ferreira Conserva Andrade. - 2017.

34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Liélia Barbosa Oliveira., Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA."

1. Política de educação . 2. Ação social. 3. Assistência social . 4. Frequência escolar. 5. Evasão escolar.

21. ed. CDD 370.115

RUTH FERREIRA CONSERVA ANDRADE

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: um relato de experiência junto ao projeto
frequência em dia realizado na escola Gustavo Adolfo Cândido Alves no município de
Campina Grande – PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao departamento do curso de Serviço Social da
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB,
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharelado em Serviço Social.

Aprovada em: 15/12/2014.

BANCA EXAMINADORA

Liélia Barbosa Oliveira
Prof. Ms. Liélia Barbosa Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria Noalda Ramalho
Dra. Maria Noalda Ramalho (Supervisora de Campo)
Assistente Social da Escola Gustavo Adolfo Cândido Alves

Débora Suelle de Miranda Lima
Prof. Ms. Débora Suelle (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a meus familiares, em especial aos meus pais, Vicente de Souza Andrade e Jailza Ferreira Conserva Andrade, que sempre me motivaram em minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por todo o caminho percorrido até aqui e a Maria Santíssima pela sua proteção em meio as graças alcançadas.

A toda minha família, minha base por todo apoio, dedicação e incentivo que tiveram quanto à minha vida acadêmica, especialmente aos meus pais Vicente de Souza Andrade minha fonte inspiradora, que sempre lutou por uma educação de qualidade para seus filhos, minha mãe Jailza Ferreira Conserva Andrade, por ser minha fiel escudeira, amiga de todas as horas, ao meu irmão Raiff Ferreira Conserva Andrade por seu carinho que me alimenta.

Aos meus avós Ilza Ferreira Conserva e Jaime Gomes Conserva (in memoriam) que sempre lutaram pela felicidade dos seus netos, a minha tia Jailma Conserva, na qual considero como uma segunda mãe, na qual não mediu esforços em relação a minha mudança de cidade para estudar e todas as eventualidades acadêmicas que me acompanhou.

Aos amigas que sempre estiveram comigo desde o ensino fundamental e médio, Barbara Antonino, Débora Gomes, Maiana Rodrigues e Mariana Pequeno, pelas palavras de força em momentos de desânimo. Aos meus amigos Kale Limeira e Jaime Gomes Conserva Neto pelos momentos divertidos durante esse período que vivenciei como estudante. Ao meu namorado Tanaka Costa por cada palavra de incentivo e por toda paciência que teve comigo, em meio aos momentos de desesperança, especialmente durante a fase de construção deste presente trabalho. Obrigado pelo apoio recebido em forma de carinho.

Aos presentinhos que tornaram minha estadia calorosa em Campina Grande, minha família Servos do Amor, os quais demonstram com todo seu carinho, que o amor de Deus está nos mais simples gestos. A minha amiga Carolina Ramos, por me proporcionar momentos como esse e por ser meu primeiro apoio quando cheguei ao novo endereço.

As companheiras de estudo Aline Jaile, Valdinete Soares, Alineane Cabral, Débora Silva, Paula Fernanda, Layse Martins, as quais vou levar comigo da universidade para a vida. Ao meu companheiro de estágio e amigo, André Moraes, por todo o apoio recebido.

As minhas supervisoras de campo de estágio, Inês Gomes pelo primeiro acolhimento ao setor educacional e Maria Noalda Ramalho, pela receptividade e ensinamentos do cotidiano profissional, a todos que fazem a escola Gustavo Adolfo Cândido Alves que contribuíram com o “Projeto Frequência em Dia” necessário à construção deste trabalho. A minha orientadora Liélia Barbosa Oliveira, pelo apoio, disponibilidade e pelo incentivo recebido a persistir no âmbito da educação, que teve um papel essencial para o desenvolvimento deste trabalho. A toda banca examinadora pelas contribuições recebidas.

“Todos sabem que a educação rompe barreiras, muda o mundo e as pessoas, mudar o mundo e mudar as pessoas são processos interligados no século XXI, numa sociedade que se utiliza cada vez mais das tecnologias da informação, a educação tem papel decisivo na criação de outros mundos possíveis, mais justos, produtivos e sustentáveis, para todos e todas. Uma educação emancipadora se faz através da formação para a consciência crítica e para a desalienação. Educar para um outro mundo possível é educar para a qualidade humana para além do capital.”
(Mészáros, 2005)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 UM BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	9
2.1 A educação no período de 1920 até 1988.....	10
2.1 A política de educação a partir de 1988	11
3. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	13
4. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	15
5. O RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES.....	22
5.1 Caracterização da Instituição.....	22
5.2 O Serviço Social na Escola Gustavo Adolfo Cândido Alves	23
5.3 Ações e resultados do Projeto Frequência em dia	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS.....	30

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA JUNTO AO PROJETO “FREQUÊNCIA EM DIA” REALIZADO NA ESCOLA GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB

RUTH FERREIRA CONSERVA ANDRADE¹

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado em forma de artigo, é um relato de experiência de estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, que foi desenvolvido na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves no município de Campina Grande – PB. O principal objetivo é apresentar as experiências obtidas no projeto de intervenção “Frequência em Dia: uma proposta de acompanhamento do serviço social à frequência escolar dos alunos”. O projeto de caráter contínuo tem como objetivo geral contribuir para garantir uma boa frequência escolar dos alunos. É realizado com todos os alunos do período da manhã e tarde do mesmo espaço escolar. A metodologia do projeto se dá a partir do registro de faltas, contato com os pais ou responsáveis dos alunos faltosos, visitas domiciliares e um encontro mensal do serviço social com os alunos para mostrar o seu número de faltas individual. Os principais resultados obtidos foram o acompanhamento das faltas, a diminuição da infrequência e a prevenção da evasão escolar, já que a atuação do serviço social no âmbito educacional contribui para o acesso e a efetivação do direito a política de educação, tendo em vista estratégias usadas em torno da permanência do aluno na escola, além dos encaminhamentos para as demais políticas sociais, colaborando para o desenvolvimento do educando. Desta forma o assistente social se expressa nas intervenções que se articulam frente às expressões da questão social com a finalidade de garantir o direito e a permanência do aluno na escola, legitimando essa política.

Palavras-Chave: Serviço Social. Frequência Escolar. Educação.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo sistematizar as ações desenvolvidas no estágio obrigatório em serviço social, direcionado ao projeto de intervenção “Frequência em Dia: uma proposta de acompanhamento do serviço social a frequência escolar dos alunos” realizado no primeiro semestre de 2017 na Escola Gustavo Adolfo Cândido Alves, situada à Rua Pedro Aragão, s/n, Sandra Cavalcante, Campina Grande/PB, cujo trabalho abrange a Educação Infantil (Pré I e Pré II) e o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano).

A atuação do serviço social na educação vem para garantir a efetivação de acesso e permanência do usuário na escola, e sua contribuição remete também a encaminhamentos que se encontra além das políticas educacionais, porém interligadas com a realidade social, política, econômica e cultural vivenciadas no dia a dia dos alunos.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.
E-mail: ruthconservaandrade@hotmail.com

É nesse contexto institucional que o profissional de serviço social se apresenta como parte integrante da equipe multiprofissional da escola, no qual realiza um trabalho de cunho coletivo, interdisciplinar e acima de tudo, investigativo e interventivo objetivando o desenvolvimento das ações e projetos contributivos para a prática pedagógica da escola de forma “participativa, contextualizada e inclusiva”, conforme está contido no Plano de Ação do Serviço Social de 2016 (ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES, 2016) confirmando o Projeto Ético-Político da profissão, no qual concretiza o Código de Ética Profissional de 1993, na Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº 9.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

O cotidiano escolar indica a participação e o envolvimento da família com a vida escolar nas quais são fundamentais para a permanência e o bom desempenho dos alunos na instituição de ensino, pois a interação entre escola, comunidade, instituições e família proporciona um vínculo com a realidade tratada. Diante dessa conjuntura é necessário o aprofundamento dessa relação através das discussões que exponham a função social da escola e que venham aproximar a família desse contexto escolar. (CFESS, 2001).

Alguns elementos como o baixo rendimento dos alunos, o desinteresse pelo aprendizado e a evasão escolar causam o baixo desempenho dos alunos, elementos esses que aproxima o estudante da escola. Desse modo o serviço social colabora com os estudos socioeconômicos que identificam os problemas sociais dos alunos, os quais podem estar atingindo o seu rendimento escolar, além de indicar encaminhamentos que atendem aos serviços assistenciais fundamentais à contribuição no desenvolvimento e desempenho dos alunos.

Nessa perspectiva, o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente destaca o direito a educação, ao acesso e à permanência na escola (ECA, 2005). Desta maneira, a infrequência escolar fere esse direito da criança e do adolescente, já que no inciso 3º, do artigo 54 é alegada competência do poder público “recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência escolar”. Com isso a qualidade desse serviço prestado ao usuário da escola pública deve está ligado ao desenvolvimento da educação enquanto política social.

A metodologia do projeto “Frequência em Dia” tem caráter permanente e corresponde a ações contínuas como o registro do número de faltas no instrumento de “Acompanhamento da Frequência Escolar”, criado pela escola, em seguida é feito o contato por telefone com os pais ou responsáveis dos alunos faltosos para obter uma justificativa e logo após repassar tais informações aos professores. Após o contato telefônico, realiza-se uma visita domiciliar aos

alunos que ainda continuam faltando às aulas, solicitando aos pais ou responsáveis que assegurem a frequência dos seus filhos ou crianças sob tutela, na escola. Esgotados todos os recursos do espaço de ensino, é necessário o preenchimento do CAI – “Cadastro Único do Aluno Infrequente”, encaminhado à escola pela Secretaria de Educação do município, que serve para informar ao conselho tutelar sobre os casos de faltas excessivas não justificadas de evasão.

O projeto prevê a promoção de um encontro mensal do serviço social com as turmas para a construção do “Gráfico da Minha Infrequência Escolar”, formulado pela escola, o qual contém o número de faltas individuais de cada aluno, o mesmo tem como objetivo estimular a redução da infrequência escolar, além disso, os alunos com a frequência mensal de 100% recebem um brinde da instituição de ensino.

A estrutura do artigo apresenta a princípio, uma breve contextualização histórica iniciando desde a colonização dos portugueses no Brasil, passando por diferentes épocas até o contexto atual, a trajetória da Política de Educação, a atuação do serviço social na educação e posteriormente o relato de experiência realizado no estágio curricular, destacando o projeto de intervenção citado anteriormente e seus resultados, além das considerações finais e referenciais utilizadas como embasamento teórico para a construção deste trabalho. Almejamos contribuir para o embasamento de novos estudos que tenham como objetivo instigar o debate acerca do serviço social e sua inserção no âmbito educacional.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A história da educação teve início com a vinda dos Jesuítas ao Brasil em 1549. Durante a colonização, a educação foi movida pela fé cristã, que durou mais de 200 anos. A princípio, os jesuítas exerciam a missão de disseminar a cultura europeia, na nova colônia portuguesa, através da civilização dos índios, diante da conversão à fé católica. A prioridade da educação jesuíta sempre foi à escola secundária, onde foi criada uma rede de colégios reconhecida por sua qualidade, algumas modalidades de estudo se encontravam equivalentes ao nível superior, no entanto fundaram inúmeras escolas de ler, contar e escrever (ZOTTI, 2004).

Em 1759, os Jesuítas foram expulsos das colônias de Portugal, pelo primeiro-ministro Marquês de Pombal, pois os padres jesuítas que tinham por base a fé católica, não tinham interesses comuns com os de Pombal, pois eram interesses comerciais de caráter estatista. Esse período é caracterizado por Solange Zotti (2004), como o de diversificação das

atividades econômicas e de crescimento da vida urbana no país, no qual um plano educativo seria de vital importância, que só aconteceu com a chegada da família real ao Brasil em 1808.

Com a independência do país conquistada em 1822, algumas mudanças no panorama sócio-político e econômico pareciam esboçar-se, inclusive em termos de política educacional (ROMANELLI, 1991, p. 78). Logo, surge o requerimento por parte do Estado, para a garantia de escolas primárias e até mesmo universidades no país, com a Constituinte de 1823, é confederado o apoio universal e a educação popular. Diante desse movimento de ideias, é assegurada a “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos” pela Constituição de 1824, como comprometimento do Império, na qual foi reafirmado com a lei 15 de Outubro de 1827 que determinou a criação de escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e vilarejos.

Desta forma, em 1837 é inaugurado o colégio Pedro II, servindo de modelo para a educação brasileira, mantendo a descentralização do ensino primário e secundário, delegado para as províncias, como afirma Solange Zotti (2004). Em 1889, período que engloba a Primeira República governada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, é criada escolas técnicas, em virtude da preparação para a mão de obra industrial e acontece a separação entre a Igreja e o Estado, tornando esse último, laico. Para tanto, acontece uma reforma no ensino primário e secundário, sendo substituída por um currículo de caráter cívico, baseado nas ideias liberais² e positivistas³ integradas a educação da escola pública brasileira, tornando-se gratuita e laica.

2.1 A educação no período de 1920 até 1988

Em meio ao cenário econômico, cultural e político da década de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, o país começou a rever algumas mudanças que foram debatidas e anunciadas nos diversos setores sociais, inclusive o setor educacional participou do movimento de renovação, através de reformas feitas no ensino primário. Surgiram ainda nesse período as primeiras universidades brasileiras, do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em 1930 é criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, no governo de Getúlio Vargas. Como é possível perceber a educação não era a única coisa tratada pelo ministério que dividia o espaço com atividades desenvolvidas na área da saúde, esporte e meio ambiente (Ministério da Educação, 2017). Nesse período o país passava por

² O Positivismo, termo usado pelo filósofo Augusto Comte para definir uma diretriz filosófica, marcada pela “adoração” a ciência e reflete a preferência do capitalismo pelo desenvolvimento da sociedade industrializada. Desta forma, tinha como proposta apresentar ideias a sociedade, de como manter a ordem vigente e o progresso, através da industrialização, conduzido pela técnica e a ciência, as quais trariam benefícios à sociedade contemporânea. (LOWY, 1987).

³O liberalismo tem como base a defesa da liberdade individual no campo econômico, político, religioso e intelectual contra a dependência e ações opressivas do estado. Essa ideia é apresentada por Adam Smith, que naturaliza a sociedade capitalista e o dualismo educacional. (MÉSZÁROS, 2008).

mudanças no meio econômico, devido à industrialização que exigia profissionais qualificados e um investimento na educação. No ano seguinte foi criado o Conselho Nacional de Educação, no qual previa a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE houve também o Manifesto dos Pioneiros, um documento considerado de inovação do sistema educacional brasileiro, o qual se refere a um documento escrito por 26 educadores em 1932, com o título, “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”, que tinha como propósito disponibilizar diretrizes para uma política de Educação. No entanto, só em 1934 com a nova Constituição Federal a educação se tornou um direito de todos.

Com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, o sistema educacional recebeu um reforço quanto à formação de mão de obra qualificada para as indústrias, não obstante, com a abolição do Estado Novo, foi instituído elementos de caráter liberal e democrático na Constituição de 1946 que iniciou um debate do que se tornaria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), legitimada em 1961, tornando-se um grande avanço do Estado em relação à política da educação.

Logo, a autonomia dos docentes e discentes foi restringida com o golpe militar de 1964, sublinhado pelo processo de ensino burocrático. De acordo com Ribeiro (2000) o novo modelo educacional era caracterizado por seu caráter autoritário e domesticador. Alguns programas de educação popular foram extintos, entre eles o núcleo de alfabetização de jovens e adultos, tornando a educação altamente tecnicista, voltada para o mercado de trabalho, visando à formação de operários especialistas em indústria, durante curto prazo. As Reformas visavam atrelar a educação brasileira ao modelo de educação norte-americano (NASCIMENTO et al 2012). Mesmo durante o período de regime militar, surgiu o movimento estudantil que lutava contra a resistência imposta pelo governo autoritário, no qual tachava os estudantes de revolucionários, muitos foram perseguidos e até mesmo mortos.

Com o fim da ditadura militar em 1985, o Brasil passou a ter uma nova República, porém em época de crise devido à inflação, deixando uma grande dívida externa controlada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Conforme Ribeiro (2000) houve numerosas tentativas de solucionar a crise, inclusive uma mudança na moeda e congelamento de preços, todavia sem êxito.

2.1 A política de educação a partir de 1988

No ano de 1988 foi instituída a última e atual Constituição Federal com base nas Leis de Diretrizes e Bases anteriores, na qual estabelece a educação como direito de todos, dever do Estado e da família propondo o acesso ao ensino público gratuito.

Conforme Ribeiro (2000) o Plano Nacional de Educação tem como objetivos principais: o aumento do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade de ensino reduzindo a desigualdade social no que se refere ao acesso e permanência na escola pública, além de democratizar o espaço escolar com a participação dos professores e da comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Em 20 de dezembro de 1996 foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) onde o sistema educacional brasileiro adquiriu mudanças de grande relevância. A LDB estabelece os princípios da educação e dos deveres do Estado em relação à educação escolar pública que divide as responsabilidades entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

De acordo com a LDB 9.394/96 a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior. A educação básica é composta pela educação infantil, formada por creches (de 0 a 3 anos) e pré-escolas (de 4 a 5 anos), sendo de competência dos municípios, gratuita, mas não obrigatória; o ensino fundamental que corresponde aos anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e anos finais (do 6º ao 9º ano) tornando-se obrigatório e gratuito bem como o ensino médio (do 1º ao 3º ano) ficando de responsabilidade dos Estados pode ser técnico profissionalizante.

O ensino superior é de competência da União podendo ser oferecido pelos Estados e Municípios, desde que estes tenham atingido os níveis, nos quais são de responsabilidade em sua totalidade. Dessa forma cabe a União, fiscalizar as instituições privadas de ensino superior. A educação brasileira conta também, com algumas modalidades em nível de educação nacional, sendo elas: a Educação Especial que atende educandos com necessidades especiais de preferência na rede regular de ensino; Educação a distância que atende aos estudantes em diversos espaços que utiliza meios de comunicação e tecnologia de informação; Educação Profissional e Tecnológica, que direciona os estudantes a exercerem atividades produtivas e aperfeiçoar conhecimentos tecnológicos e científicos; Educação de Jovens e Adultos que tenciona os indivíduos que não tiveram educação na idade apropriada e por fim a Educação Indígena que contempla comunidades indígenas de forma a respeitar a cultura e língua materna de cada tribo. Além destas determinações a LDB aponta temas como os recursos financeiros e a formação dos profissionais de Educação.

A LDB destaca seu princípio norteador, conforme está presente no seu Art. 1º que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996).

Para tanto a educação tem como objetivo, desenvolver a cidadania e uma qualificação para o mercado de trabalho, cabe ressaltar que a garantia para essa educação pública e de qualidade é especialmente dever do Estado, no entanto existem desafios para a efetivação dos seus princípios, apesar da LDB ser considerada um marco histórico, que constitui um grande avanço no âmbito educacional.

3. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A política da educação faz parte do conjunto de políticas sociais no Brasil, na qual se faz presente na legislação educacional, essa política é de responsabilidade do estado, com base em organismos políticos e entidades da sociedade civil, se estabelece com base nas decisões normativas da nossa legislação, no entanto a política educacional, no país, deve ser guiada pelo povo, respeitando o direito de cada indivíduo e assegurando o bem comum, levando em conta seus objetivos e valores, esses elementos podem fazer o molde da educação de um povo.

Existem alguns documentos que foram necessários à elaboração das políticas educacionais no país, como O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, definindo as prioridades e metas educacionais que precisavam ser efetivadas, tornando-se o marco inicial para a regulamentação da situação educacional brasileira, servindo como inspiração para o surgimento das leis que regem nossa educação.

O direito à educação foi declarado em lei no final do século XIX e o início do século XX. Os trabalhadores visualizavam na educação formal uma porta de entrada para a participação social e política. Antes disso a educação formal gratuita era considerada apenas pela constituição imperial de 1824 (CURY, 2007).

Especificamente, no Brasil, no campo educacional, foi declarado na Constituição Federal de 1988 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A educação é de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade e é através dela que um país pode alcançar as transformações sociais necessárias para assim atingir o progresso. Nesse sentido, é interessante analisar que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados, assim, torna-se necessário que se tenha um entendimento sobre os aspectos da educação escolar atual

considerando, como parte importante nesse estudo, a influência dos problemas sociais na vida dos alunos.

A escola é um espaço institucional e legítimo de promoção da educação, de acordo com a LDB, a educação deve estar vinculada ao mundo do trabalho e a prática social. Assim sendo, deve-se prezar por uma educação que priorize a formação dos sujeitos para a cidadania, orientando-os acerca dos seus direitos e deveres; instruindo-os e educando-os para que haja a superação da desigualdade e exclusão sociais; e estimulando-os a tornarem-se sujeitos autônomos.

O que se vivencia é uma crescente polarização: de um lado vivemos um processo de concentração de renda e riqueza em índices nunca vividos anteriormente. E, de outro, um crescente processo de exclusão social, em que a grande massa da população sequer tem a possibilidade de acessar aos mínimos necessários à sua sobrevivência, que vulnerabiliza cada vez mais a população trabalhadora.

Compreender a educação como uma política social que tem compromisso de garantir direitos sociais, indica também uma reformulação do conceito de educação, onde precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade (SEVERINO, 1988). O direito à educação, bem como o direito ao acesso à permanência na escola tem sido garantido reiteradamente nos aportes legais, seja na Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90) e na Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (9.394/96) dentre outras, tendo como finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade.

Com isso, a esfera da educação tem na reprodução do capital a tônica do seu desenvolvimento, é compreensível que a preparação para o trabalho seja vista como a função essencial da educação, ou seja, educar seria uma atividade voltada sob as mais variadas formas para a preparação dos indivíduos para a vida social.

A concepção de educação está vinculada ao tipo de sociedade que se deseja construir, o que inclui todo um conjunto de concepções a respeito do homem, da sociedade e da história, a educação deve preparar o ser humano para o confronto com a experiência real e não para experiência alienada de mundo. O indivíduo estaria alienado, sobretudo pela técnica, e não saberia mais orientar-se na realidade concreta, somente na realidade cultural e social que não é produzida por ele.

A LDB faz parte dos grandes avanços do processo educacional, entretanto está vinculada a influência do capitalismo, contexto atual em que transformam o ensino que visa

uma formação cidadã, em uma mera qualificação para o mercado de trabalho, conforme afirma Piana (2009) que

Embora a educação seja declarada legalmente como direito humano, prioritário, inalienável e de obrigação do Estado, ela expressa também os reflexos do mundo do trabalho e sofre as influências do mercado, da nova política de emprego do mundo moderno e da relação, público e privado. Com isso, sua qualidade e efetivação atendem aos interesses do mercado e impõe desafios na conquista da cidadania (PIANA, 2009, p 191).

Diante disso é necessária uma educação que objetive o exercício da cidadania, tendo a escola como principal elemento desta proposta, embora ultrapasse o espaço escolar. De acordo com Almeida (2000) desde a legitimação da lei 9.394 de dezembro de 1996, o Brasil colocou seu “projeto educacional à disposição das necessidades técnicas e político-ideológicas da atual fase de expansão do capitalismo”. Atualmente a política de educação tem contribuído fortemente para o mercado de trabalho, através das reformas no âmbito educacional que influenciam o modelo da empregabilidade de interesse público e privado, buscando a hegemonia especialmente do setor privado para que se tenha um ensino mercantilizado, com o objetivo da busca pela lucratividade para o desenvolvimento da economia.

Nesse contexto está um grande desafio que se encontra na efetivação e continuação de uma educação de qualidade para todos, pois a garantia de formação de cidadãos críticos que interfiram na realidade, não é apenas sua inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, o assistente social se firma como um profissional da educação, no sentido de desconstruir a lógica do capital presente nesta política setorial, onde contribui para a formação cidadã do aluno, para que ele não atenda apenas, as demandas do sistema ideológico estatal e sim possa transformar a realidade social em que vive, a partir da percepção crítica e do reconhecimento dos seus direitos garantidos por lei, como veremos no próximo tópico.

4. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O serviço social se institucionaliza como profissão na esfera pública para atuar frente às políticas sociais, inclusive na educação, na década de 1940. Nas primeiras experiências do serviço social na área da educação, o assistente social tinha o papel de fortalecer as relações entre escolas, pais e comunidade, incluindo as crianças que demonstravam dificuldades diante do cotidiano escolar, como forma de adaptar a família perante a lógica da escola, que é incentivada pelos interesses da classe dominante, nesse sentido:

A ação do serviço social era direcionada para o ajustamento do indivíduo, os problemas das crianças e sua família eram tratados como uma deficiência moral e de caráter por parte dos indivíduos. A escola tinha como objetivo educar essa criança e aproximar sua família do meio escolar, reajustando tanto a criança, como sua família no meio social (BARBOSA, 2015, p. 108).

Dessa forma, o serviço social na educação, nesse período, surgiu de forma minúscula diante de uma perspectiva conservadora que tinha sua atuação voltada para o ajustamento dos sujeitos aos valores morais da época, com a finalidade de manter a ordem social. Os desdobramentos das expressões da questão social eram entendidos como problemas individuais, não sendo vistos no contexto de totalidade, de acordo com a relação capital-trabalho, como é tratada nos dias atuais, através de uma perspectiva crítica. Essa atuação do assistente social na área educacional foi se modificando ao passo em que foi acompanhando a trajetória da profissão rumo à sua renovação.

Atualmente o serviço social no âmbito educacional tem por objetivo facilitar o acesso ao direito da política de educação contribuindo, também, para a permanência do aluno na escola, tendo em vista questões que envolvem a realidade social, como um todo, que na maioria das vezes passa por despercebido, devido à execução apenas das políticas educacionais (CARVALHO, 1998).

Diante da apreensão do grau de necessidade que a realidade escolar precisa, faz com que seja necessário expor a função social da escola para as famílias, havendo uma aproximação entre o contexto escolar e familiar, o que facilita também o acesso a outras políticas que contribuam com a melhoria da condição das famílias, tendo em vista o melhor andamento dos alunos na escola.

No entanto, os problemas sociais se expõem a todo o momento, de várias formas. O ambiente educacional não está fora desse contexto, pois há uma materialização desses problemas refletidos no processo de aprendizagem do indivíduo, atingindo até a interação com os demais alunos e todo o corpo que compõe a escola.

Os problemas sociais percorrem também o sistema de ensino brasileiro, atualmente passa por mudanças principalmente no ensino médio. Demonstra falhas que atingem a todas as áreas, no que se refere a qualidade, que se opõe ao que realmente se vê, como por exemplo a formação de analfabetos funcionais.

Ao longo do tempo houve uma redução do analfabetismo no Brasil, entretanto, há uma inversão de valores, substituindo a qualidade pela quantidade, havendo uma formação onde cada vez mais, está voltada para o mercado de trabalho, fazendo com que muitos alunos nem concluam o ensino médio, por diversos fatores, entre eles a dificuldade de aprendizagem

seguida pela evasão escolar, como mostra os indicadores de fluxo da educação básica, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC), os novos dados revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1º e 2º ano do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3º ano do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas os anos do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino. Conforme os dados analisados pelo INEP:

Os indicadores de rendimento se referem à situação final do aluno ao final de um período letivo declarada no Censo Escolar, podendo o mesmo ser aprovado, reprovado ou ter abandonado a escola durante aquele ano letivo. Já os indicadores de fluxo escolar avaliam a transição do aluno entre dois anos consecutivos considerando os seguintes cenários possíveis: promoção, repetência, migração para EJA e evasão escolar (INEP, 2017).

Estes problemas encontrados na escola, não são causados só pelo sistema de ensino e sim por problemas sociais atrelados as famílias, afetando o processo de formação do aluno, resultando no desinteresse pelo ato de aprender e todos os fatores que dificultam o desenvolvimento dos educandos. Para tanto, o trabalho do serviço social na escola é de fundamental importância, pois é considerado um espaço de base para a formação da sociedade, apesar dessa necessidade, ainda se encontra um número pequeno de assistentes sociais nas escolas.

A contribuição do serviço social na educação é dada a partir de uma análise da realidade, identificando as condições sociais, econômicas e culturais que se encontram no contexto educacional, como a evasão escolar, o baixo rendimento escolar, comportamento agressivo, pluralidade, questão da diversidade a orientação sexual, étnico raciais, questões de violência à criança e ao adolescente, entre outros fatores que a presença do assistente social junto com os demais profissionais (assistente social, psicólogo, orientador educacional, educadores) pode ajudar diante de uma intervenção em conjunto, refletindo no acompanhamento mais presente das famílias e, até mesmo, em posição mais atuante diante dos governantes, em relação ao trabalho dos professores, pouco valorizado na sociedade e de extrema importância, a valorização da educação para um aprendizado que possa incentivar o aluno a ser um cidadão consciente e não uma educação voltada para o mercado de trabalho (ALMEIDA, 2000).

Outra contribuição do assistente social na escola são os encaminhamentos para as demais políticas, como a saúde, assistência, setor jurídico, conselho tutelar, tudo o que a

família necessita naquele momento, para haver uma colaboração melhor, da família para com o aluno e desta favorecer para o desenvolvimento do educando.

Dessa forma, a atuação do serviço social na educação efetiva o direito à educação, de acordo com a constituição do direito à educação pública, visando à permanência do aluno na escola, através dos instrumentos de trabalho, como projetos que contribuam para a objetivação dessa meta, alguns com a colaboração de todos os profissionais, contato com os pais através de ligações telefônicas, visitas domiciliares entre outros instrumentos que contribuam para a permanência do aluno na escola, intervindo nas expressões das questões sociais, para além dos muros da escola.

Nesse contexto, o assistente social se insere na perspectiva da mudança no que se refere aos impactos no âmbito educacional no contexto da precarização do trabalho e desigualdade social presente na sociedade que como esse efeito dominó, afeta a espaço educacional.

Nessa conjuntura, é necessária a intervenção do Assistente Social, pois é o profissional que trabalha com as expressões “questão social”. No entanto, é de extrema importância ressaltar que o direito a educação deve ser perseguidos por todos os profissionais que trabalham na educação e não só pelo Assistente Social, pois compreender a educação como uma Política Social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, indica também uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação, onde precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade (CFESS, 2001).

O Assistente Social em seu campo de trabalho é sempre visto como figura de “linha de frente” no enfrentamento dos problemas, dado seu contato direto com as expressões da questão social. No âmbito educacional não é diferente, como demonstramos o profissional é tensionado continuamente em seu exercício profissional: seguir linhas conservadoras e pragmáticas na execução das políticas sociais educacionais ou se propor a seguir um postura crítica e reflexiva na efetivação de direitos.

Não basta a inserção do assistente social na escola, é necessária sua inserção no âmbito da educação, assim como o reconhecimento da necessidade de efetivação de direitos e da classe trabalhadora com seus filhos e filhas (SILVA, 2012). É necessária uma visão da totalidade do sistema educacional e da vida social, onde estudantes; servidores; professores; gestores e a comunidade local sejam beneficiados e atendidos pelas atividades propostas pelo serviço social escolar.

Cabe ressaltar também que se devem evitar atitudes messiânicas ou – ao contrário extremo – caridosas; no primeiro caso subjugando ser o assistente social o responsável por sozinho, resolver todos os problemas da instituição de ensino em trabalho. E no segundo caso limitar a prática profissional à política de assistência estudantil. O Serviço Social escolar vai muito além da mera medição de pobreza e distribuição de benefícios, o profissional tem contato direto com os problemas familiares, sociais, psicológicos e (também) financeiros dos alunos; Tudo isso sobre uma ótica macrossocial, onde esses problemas são analisados sob a conjuntura da sociabilidade capitalista, pois o sistema educacional não se encontra fora deste.

Cabe enfatizar a importância do assistente social no âmbito educacional. Nesse sentido, lembramos, também, da importância do compromisso com a formação profissional em âmbito de graduação em serviço social, seguindo sempre o norteamento de nosso Projeto Ético-político. Os principais desafios inerentes ao serviço social na educação, e a importância da prática interdisciplinar para o profissional, tendo em vista que nessa política, em especial, a ação profissional do assistente social, exige uma contínua atividade complementar com outros profissionais, todos sempre em busca de garantir o livre acesso à educação.

Uma postura ética, livre de preconceitos e desprendida de pensamentos conservadores é sempre a melhor alternativa para guiar a ação profissional, como afirma Paulo Freire: “Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1987).

As competências e atribuições do serviço social na política de educação são direcionadas pela Lei que regulamenta a profissão Nº 8.662/93 garantido pelo Código de Ética Profissional de 1993 e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1993). Os mesmos são instrumentos que orientam a ação dos assistentes sociais na área educacional, através de princípios que devem ser respeitados pela categoria profissional. Existem dimensões que particularizam a inserção dos assistentes sociais na política de educação, dentre as tais cabe destacar o marco inicial a essa inserção, que tem como objetivo a garantia ao direito à educação escolarizada, tendo em vista sua intervenção junto ao processo educacional, em especial no que se refere ao contexto escolar.

De acordo com o livro “Serviço Social na Educação” (CFESS, 2001), a intervenção do assistente social, fundamenta-se em três dimensões possíveis no espaço escolar, sendo: a escola e o espaço social a que pertence; a escola como espaço de inclusão social e a escola como instância de gestão democrática.

Segundo o livro já mencionado, estas são as principais formas do serviço social contribuir para a garantia do direito à educação, mantendo a ligação entre escola e comunidade, que exige diferentes formas de participação envolvendo comunidade, família e o sistema de ensino, constituindo em uma parceria importante que somará esforços para a solução de problemas do âmbito educacional. As estratégias de atuação profissional do assistente social na política de educação devem girar em torno do acesso e permanência do aluno na escola, no qual é um tema que requer muita discussão sobre as dificuldades devido ao desafio de concretizar a educação como um direito social (CFESS, 2001).

A garantia da educação como direito social continua sendo um dos principais desafios quanto à inserção e atuação dos profissionais de serviço social, pois ao mesmo tempo em que estes profissionais defendem a universalização do ensino público, há também uma exigência do capital que necessita de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, sendo assim o assistente social luta constantemente em defesa de uma educação que construa cidadãos e não uma educação de formação tecnicista, apenas para o mercado de trabalho.

Embora a constituição de 1988 afirme que a Educação básica é responsabilidade do Estado, ele tem pouco procurado dividir as responsabilidades quanto às estratégias de ampliação do acesso a educação escolarizada com alguns setores da sociedade civil e do empresariado, apoiando-se no pressuposto neoliberal do que a responsabilidade não lhe é exclusiva e visando a legitimação desse consenso junto à sociabilidade burguesa (OLIVEIRA, 2015).

Como em qualquer outra área, o serviço social na educação requer uma luta contínua, em defesa dos interesses da classe trabalhadora, o que não é visto atualmente, principalmente no que se refere à educação brasileira, pois os investimentos que poderiam ser feitos no setor público, para aumentar a garantia ao acesso à Política de Educação, são revertidos para o setor privado de forma disfarçada, sendo oferecidos vários incentivos para incorporar essa ideia.

Diante do contexto atual, percebe-se que o assistente social pode ser requisitado para atuar frente às políticas sociais que programam a Política de Educação, através de programas, projetos de assistência estudantil e concessão de bolsas. Com é visto que há tensões e discussões quanto a inserção do assistente social na educação, devido ao modo como são desenvolvidas tais políticas, projetos e sua atividade no seu cotidiano profissional nessa área. Esses são mais um dos desafios existentes, na área da educação e em qualquer outra área de atuação profissional do assistente social, pois é necessário fazer essa distinção enquanto categoria, entre o assistente social ser apenas um mero executor de políticas sociais e ser um profissional que defenda os interesses da classe trabalhadora, de forma a colaborar para a garantia de direitos.

Na educação, o serviço social tende a colaborar para a garantia da Política de Educação e permanência do aluno no espaço educacional, requisitando profissionais que tenham uma competência teórica e política, sendo capaz de efetuar ações que intencionem as reais condições que envolvem a Política de Educação. As ações profissionais nem sempre são constituídas como procedimentos técnicos, como ter sua atuação voltada apenas para a execução de programas que visem garantir o acesso à educação escolarizada, usando procedimentos técnicos instrumentais para a concessão de bolsa ou outro tipo de benefício, assim a ação profissional passa a ser meramente executora (CEFSS - CRESS, 2011- 2014, apud SISTO, 2015).

A educação permeia por vários desafios presentes na garantia ao acesso à educação, entre elas se encontra a luta contínua pelo acesso à educação escolarizada de qualidade, que desenvolva a cidadania, e não apenas uma educação classista voltada para o mercado de trabalho, considerando que em uma sociedade de classes a educação assegura suas formas de reprodução, ou melhor, solicita uma educação definida de acordo com o ângulo de tal sociedade classista, a qual aborda a qualidade educacional almejada. Tal situação origina-se diante das desigualdades sociais que habita o ambiente educacional, expressas na Política da Educação, a qual contribui para a reprodução social de sujeitos coletivos.

A garantia da qualidade da educação que deve se pautar a atuação profissional, se ancora na perspectiva de uma educação que contribua para a emancipação humana e que não prescinde, para tanto, da apropriação pela classe trabalhadora, do acervo cultural, científico e tecnológico produzido pela humanidade. Assim como, do desenvolvimento das capacidades intelectuais e manuais, necessárias a construção de novas formas de produção, distribuição social da riqueza e sociabilidade, distintas, daquelas que caracterizam a sociedade capitalista e que determinam o amplo processo de desumanização e de aprofundamento de todos os tipos de desigualdades e injustiças que vivemos nesse tempo de barbárie (CFESS, 2014, p 44. apud SISTO, 2015, p. 9).

São vários os desafios e as possibilidades que se apresentam ao profissional de serviço social, no qual se encontra no âmbito da educação em sua atuação, desafios, estes, que se deparam desde a sua inserção no espaço educacional, que se remete a um processo de lutas até a execução do seu trabalho, que merece ser subsidiado pelo acúmulo teórico, metodológico e experiência da categoria através das reflexões feitas pelos seminários, trabalhos e grupos de estudo, produzidos pelo conjunto CEFESS – CRESS, que procura contribuir nessa área de atuação profissional. Portanto, as competências específicas dos assistentes sociais na política de educação se expressam nas intervenções que se articulam com as diferentes dimensões da atuação profissional frente às expressões da questão social,

com a finalidade de garantir o direito e a permanência do aluno na escola, legitimando essa política. No entanto, vale ressaltar que o direito à educação deve ser pretendido por todos os profissionais que atuam na área e não só pelo assistente social.

Nos dias atuais a inserção do assistente social na educação vem sendo fortalecida pelo Projeto de Lei 837, de 05 de julho de 2005, ainda em processo de tramitação na câmara dos deputados, o qual disponibiliza a inserção de assistentes sociais e psicólogos em instituições de ensino.

Dentre as tantas experiências que já vêm sendo desenvolvidas pelo serviço social, a seguir traremos a experiência profissional que vem sendo vivenciada da Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves

5. O RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES

5.1 Caracterização da Instituição

A escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves teve sua construção em 1986 e inauguração em 1988, no governo municipal de Ronaldo José da Cunha Lima, tendo o início de suas atividades em janeiro de 1989.

A escola está situada na Rua Pedro Aragão s/n, no Bairro Sandra Cavalcante, na Cidade de Campina Grande, Paraíba. O nome da escola faz referência ao estudante Gustavo Adolfo Cândido Alves, nascido em 03 de outubro de 1970 e falecido em 29 de Julho de 1986, por uma doença rara, chamada deficiência imunológica celular.

O corpo profissional da escola é formado por 43 pessoas, sendo: 01 gestora, 01 adjunta, 03 secretárias, 01 apoio administrativo, uma equipe multiprofissional, contendo 02 supervisoras educacionais, 01 psicóloga, 01 assistente social e 05 professores de apoio pedagógico, um corpo docente de 16 professores no geral, sendo que 08 estão em sala de aula regular, 02 no Atendimento Educacional Especializado (AEE), 05 como cuidadores de alunos especiais e 01 na educação física, ainda fazem parte do corpo de funcionários 03 merendeiras, 05 agentes de serviços gerais e 04 vigilantes.

O espaço físico da escola é composto por 04 salas regulares, 01 sala de leitura, 01 sala de laboratório de informática, 01, pátio, 01 cozinha, 02 banheiros, 01 área de lazer, ocupada por um mini campo de futebol, 01 parquinho, 01 sala dos professores, contendo 01 banheiro, 01 sala onde acontece o (AEE) e 01 almoxarifado. Configurando em um espaço pequeno para

o funcionamento da escola que atende os alunos nos três períodos: manhã, tarde e noite, onde suporta 08 turmas, sendo 02 de Educação Infantil, Pré I e Pré II, 05 de Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano e 02 de Educação de Jovens e Adultos (EJA), totalizando hoje, uma média de 220 alunos.

A escola desenvolve alguns projetos, entre eles estão, “Educação por meio de Esportes” que envolve atividades como “Capoeira na Escola e Trilha Topper”, “Liderança”, “Leitura Legal”, “Recreio Dirigido”, “É Preciso Viver Valores”, “Senta que Lá vem História”, “Educação pela Cultura”, onde a escola desenvolve projetos como “Pérola Negra; Berço da Cultura Brasileira” e “Filhos da Terra: Nossas Raízes”, esses projetos tem como base a Lei 11.645/08, na qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a implantação do tema “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” além dos projetos desenvolvidos pelo serviço social da escola, como “Família, Escola e Comunidade: Uma Parceria que Dá Certo”, “Direitos e Deveres na Escola: um resgate da cidadania de crianças e adolescentes”, “Frequência em Dia: uma proposta de acompanhamento do serviço social à frequência escolar dos alunos” e o projeto “Tecendo os Caminhos para a Inclusão”, desenvolvido pela equipe multiprofissional.

A escola é contemplada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que oferece recursos para a realização da educação através de alguns programas, entre eles estão: o Programa de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Dinheiro Direto a Escola (PDDE) e o Plano de Desenvolvimento na Escola (PDE).

5.2 O Serviço Social na Escola Gustavo Adolfo Cândido Alves

O papel do Serviço Social da escola está relacionado à garantia do cumprimento do direito à educação e à efetivação da política educacional, priorizando a permanência do aluno no espaço escolar. O objetivo da escola está ligado a promoção do desenvolvimento psicopedagógico do aluno e seu pensamento crítico para o exercício da cidadania, partindo desse ponto, o assistente social é fundamental para a construção dessa formação, junto a equipe multidisciplinar.

Segundo o Plano de Ação do Serviço Social (2016) o profissional, está apto a desenvolver ações e projetos que tenham caráter contributivo para a prática pedagógica, inclusiva e participativa, em um trabalho de forma coletiva e interdisciplinar. As informações históricas da instituição, quanto à inserção do serviço social na escola Gustavo Adolfo, apresenta que a primeira assistente social atuou entre 1991 a 1993, logo após assumiu outra profissional entre 2003 e 2010 e atualmente a assistente social que atua na unidade desde

2012. O trabalho do serviço social na instituição está baseado no seu plano de ação, onde se expressa como um importante instrumento de planejamento para as ações e diretrizes da profissão, direcionado às necessidades da comunidade escolar, quanto a produção de conhecimento devido ao movimento da prática presente no cotidiano do espaço de ensino. Tem como objetivo, desenvolver ações que atuem na dimensão sócio educacional, facilitando o acesso e a efetivação do direito à política de educação, realizando intervenções associadas à garantia do direito à educação, desempenhando projetos que atuem frente à questão social, no ambiente educacional, proporcionando o fortalecimento da capacidade e das potencialidades humanas do indivíduo, enquanto ser social.

Entre os projetos contínuos desenvolvidos na escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves, elaborado pela assistente social estão: a execução do projeto de intervenção para acompanhamento da frequência escolar, para evitar a evasão escolar intitulado: Projeto Frequência em Dia: uma proposta de acompanhamento do serviço social à frequência escolar dos alunos; realização de projeto de intervenção junto às famílias visando fortalecer a parceria entre escola e família, intitulado “Família, Escola e comunidade: Uma parceria que dá certo” e a execução do projeto de intervenção da equipe multiprofissional voltado para a formação continuada de professores da sala regular e do AEE, além da formação das cuidadoras, refletindo sobre a inclusão educacional aos alunos com deficiência, intitulado “tecendo os caminhos para a inclusão”. Todos esses projetos com caráter permanente. E de caráter temporário o projeto de extensão do curso de serviço social da Universidade Estadual da Paraíba, “Direitos e Deveres na Escola: um resgate da cidadania de crianças e adolescente”, no qual corresponde ao desenvolvimento de oficinas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que tem como público alvo a turma do 4º ano, com duração de 06 meses. Além deste, foi desenvolvido em 2017 dois projetos de intervenção através dos alunos do estágio obrigatório do curso de serviço social da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB: “Projeto: Atuação do serviço social através do estudo socioeconômico das famílias da escola municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves” e o “Projeto... (Kaliane).

5.3 Ações e resultados do Projeto Frequência em dia

O projeto de intervenção “Frequência em Dia: uma proposta de acompanhamento do serviço social à frequência escolar dos alunos”, realizado na Escola Gustavo Adolfo Cândido Alves, contou com a participação dos estagiários de serviço social.

O Projeto apresenta uma proposta de ação de acordo com um trabalho dinâmico e interativo na unidade de ensino, de forma articulada à equipe pedagógica e de gestão, aos

professores, secretaria da escola, alunos e seus familiares, no sentido de acompanhar e contribuir para potencializar frequência escolar dos alunos da instituição. Por intermédio do projeto “Frequência em Dia” os alunos e suas famílias poderão tomar consciência de seu direito à política de Educação, assim como de sua responsabilidade e de seu papel como verdadeiros cidadãos.

A atuação do serviço social na educação na área da educação vem para garantir e efetivar o direito de acesso e permanência do usuário na escola, e sua contribuição remetem, também, a encaminhamentos que ficam além das políticas educacionais, porém sintonizadas com a realidade social, política, econômica e cultural vivenciadas no dia a dia dos alunos. Com base nesse contexto institucional, é que o profissional do serviço social se apresenta como parte integrante da equipe multiprofissional da escola realizando um trabalho coletivo, interdisciplinar e, acima de tudo, investigativo e interventivo, objetivando o desenvolvimento de ações e projetos que contribuem para a prática pedagógica do ambiente escolar de forma “participativa, contextualizada e inclusiva”, de acordo como está previsto no Plano de Ação do Serviço Social de 2016 (ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES, 2016) que afirma o Projeto Ético- Político da profissão, consolidado no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

O cotidiano escolar mostra que a participação da família com a vida escolar é fundamental para a permanência e um bom desempenho do aluno no espaço educacional, essa interação entre escola, comunidade, instituições e família é importante na construção do vínculo que se estabelece com dada realidade. O baixo rendimento dos alunos, o desinteresse pelo aprendizado e a evasão escolar são elementos marcantes nas literaturas e contributivos para os baixos desempenhos.

O projeto foi potencializado a partir da inserção dos estagiários no referido espaço sócio ocupacional de ensino, surgindo a partir das demandas colocadas diante da rotina escolar e suas situações vividas, dentro e fora da sala de aula, uma vez, que estão envolvidos direta ou indiretamente todos os sujeitos da comunidade escolar (PCN, 1998, apud PROJETO FREQUÊNCIA EM DIA, 2017).

Conforme o projeto de intervenção “Frequência em Dia”: uma proposta de acompanhamento do serviço social à frequência escolar dos alunos, 2017, está efetivada que:

A existência do presente projeto se constitui como de relevante importância, uma vez que serve tanto de instrumento para identificar os alunos faltosos, quanto para conscientizá-los e às suas famílias em relação à

frequência em dia, realizando um trabalho de prevenção à evasão escolar dos mesmos, atendendo ao enfrentamento de uma das expressões da questão social presente na área da educação (PROJETO FREQUÊNCIA EM DIA, 2017).

O projeto aqui mencionado tem como objetivo geral: contribuir para garantir uma boa frequência escolar dos alunos. E como objetivos específicos: manter a interlocução com professores; acompanhar a frequência escolar dos alunos através da consulta aos diários de classe; realizar contatos com responsáveis dos alunos faltosos; fazer visitas domiciliares aos alunos faltosos; solicitar que os pais ou responsáveis que assinem um termo de compromisso se responsabilizando com a frequência dos alunos na escola; promover encontros com os alunos na sala de aula para a construção do gráfico da sua infrequência escolar e informar casos de infrequência escolar para o Conselho Tutelar.

Sua metodologia tem como base a pesquisa bibliográfica para se fundamentar teoricamente, além da execução do referido Projeto de Intervenção, através das seguintes ações:

Verificar, semanalmente, os diários de classe para identificar os alunos que estão faltando às aulas e registrar o número de faltas no instrumento “Acompanhamento de Frequência Escolar” (AFE), criado pela escola. Em seguida, tentar o contato por telefone com os pais ou responsáveis dos alunos faltosos, sem justificativa, para obter o motivo das faltas; registrar as ligações telefônicas no instrumento “Ficha de Registro de Contatos Telefônicos com as Famílias”, criado pela escola e logo após, repassar as informações e justificativas recebidas, para os professores.

Após os contatos telefônicos, realizar a visita domiciliar aos alunos que, ainda continuarem faltando às aulas. Na ocasião, caso seja necessário, solicitar que os pais e/ou responsáveis assinem o “Termo de Compromisso”, criado pela escola, se responsabilizando pela frequência dos seus filhos na escola.

Esgotados todos os recursos da escola, a mesma deve realizar o preenchimento do “Cadastro Único do Aluno Infrequente” (CAI) encaminhado à escola pela SEDUC – Secretaria Municipal de Educação, para informar ao conselho tutelar sobre os casos de faltas excessivas não justificadas e de evasão.

O projeto aludido, também prevê a promoção de um encontro mensal do serviço social com as turmas para a construção do “Gráfico da Minha Infrequência Escolar”, criado pela escola, contendo o número de faltas individual de cada aluno/a. O mesmo tem como objetivo, proporcionar aos mesmos a visualização do seu número de faltas, procurando

estimulá-lo à redução da sua infrequência escolar. Na oportunidade, os alunos com a frequência mensal de 100%, recebem brinde da escola.

Como recursos utilizados, estão: as instituições Escola Gustavo Adolfo Cândido Alves, como local de desenvolvimento do projeto e o Conselho tutelar; os recursos humanos, formado pela assistente social, estagiários de serviço social, secretaria escolar, professores e conselheiros tutelares; os recursos materiais como os diários de classe, Instrumento de (AFE), Instrumento “Ficha de Registro de Contatos Telefônicos”, Instrumento “Gráfico Individual da Minha Infrequência Escolar” e os brindes para os alunos, a exemplo de canetas, lápis de pintar, dentre outros.

Dessa maneira, os resultados do projeto “Frequência em Dia” consistem na diminuição da infrequência escolar, no acompanhamento das faltas e na prevenção da evasão escolar, já que seu objetivo geral visa contribuir para garantir uma boa frequência escolar dos alunos, como dispõe no Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que consolida o direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, que confirma a constituição de 1988, onde garante o direito a educação como direito de todos, dever do estado e da família.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo aqui exposto, podemos observar as mudanças ocorridas regularmente no âmbito da educação no Brasil, que teve início com a chegada dos colonizadores através dos padres jesuítas, que fez durar suas técnicas de ensino, mais de 200 anos e só em 1996 se tornaria a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que representa um grande avanço na história da educação, embora esteja um pouco fragilizada no que diz respeito aos embates neoliberais do capitalismo que altera o real sentido da educação, como está previsto na Constituição Federal de 1998, na qual está voltada para atingir o exercício cidadania.

Quanto à inserção do serviço social na educação, foi possível mostrar seu objetivo que gira em torno de contribuir e assegurar o direito à educação, no que corresponde ao acesso e a permanência do aluno na escola, diante da sua atuação voltada para o exercício da cidadania, através de pesquisas e estudos que dão suporte a realidade social, que se torna instrumento para a construção de projetos dirigidos às famílias e comunidade em geral.

Também foi explanada, a atividade realizada em campo de estágio, que configura um dos avanços ocorridos na educação brasileira, relacionado a prática do assistente social na instituições educacionais, que tem como objetivo efetivar os avanços garantidos por lei, através da luta constante pelo direito à educação.

No entanto, foi considerado que a atuação do projeto “Frequência em Dia” na Escola Gustavo Adolfo Cândido Alves, o qual materializa a atuação do serviço social na educação, e contribui constantemente para instituição de ensino, como um todo, incluindo o corpo docente, a equipe multidisciplinar, as famílias e os alunos. Além de fazer os alunos exercerem seu papel como cidadão na sociedade, pois através deste projeto, a escola transmite aos pais ou responsáveis, o direito dos seus filhos de ter acesso à educação.

THE SOCIAL SERVICE IN EDUCATION: A REPORT OF EXPERIENCE TO THE
PROJECT "FREQUENCY IN DAY" DONE IN THE SCHOOL GUSTAVO ADOLFO
CÂNDIDO ALVES IN THE MUNICIPALITY OF CAMPINA GRANDE - PB

ABSTRACT

The present Work of Course Completion (WCC), presented in the form of an article, is an account of supervised internship experience of the Social Work course of the State University of Paraíba - UEPB, which was developed at Gustavo Adolfo Cândido Alves Municipal School in the municipality of Campina Grande - PB. The main objective is to present the experiences obtained in the "Frequency in the Day intervention project: a proposal to monitor social service at school attendance of students". The continuous character project has as general objective to contribute to guarantee a good school attendance of the students, is realized with all the students of the morning and afternoon of the same school space. The methodology of the project is based on the registration of absences, contact with the parents or guardians of the missing students, home visits and a monthly meeting of the social service with the students to show their individual number of absences. The main results were the follow-up of absences, the reduction of infrequency and the prevention of school dropout.

Keywords: Social Service. School Frequency. Education.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nei Luiz Teixeira. O Serviço Social na Educação. **Revista Inscrita**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, n.6, ano 3, jul. 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**. 1ª Edição. Campinas: Editora Papel Social, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Brasília-DF, 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206. Acesso em: 06 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, R.E. **A nova LDB e a educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação** – uma inserção possível e necessária. Brasília/DF, 2001.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília/DF, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica como direito**. Cad. Pesquisa [online]. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742008000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 08 out. 2017.

ESCOLA GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES. **Plano de Ação do Serviço Social – Ano 2016**. Campina Grande, 2016.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ªed. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1987.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo – CP: Cortez, 1988.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo – SP: Busca vida, 1987.

MARINHO, I. C. **Política Educacional**. Disponível em <<http://www.infoescola.com/educacao/politica-educacional/>>. Acesso em: 09/08/2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2005, 2008.

NASCIMENTO, P. E. A et al. História da Educação no Brasil e Prática Docente diante das novas tecnologias. **IX Seminário nacional de estudos e pesquisas histórias sociedade e educação no brasil**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, anais eletrônicos, 2012.

OLIVEIRA. Olga Maria. **O Serviço Social na Política de Educação**: apontamentos reflexões. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas- UFMA – São Luís/MA, 2015.

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 16ª edição. Campinas: Autores Associados, 2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991.

WANDERLEY, Jamilly Braga. **O Estatuto da Criança e do Adolescente como ferramenta de promoção à educação**: uma experiência de estágio em Serviço Social na Escola Municipal Roberto Simosen. 2015. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015. [Artigo] Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/12901>>. Acesso em: 2 de out. 2017.

ZOTTI, Solange aparecida. **Sociedade, Educação e Currículo**: dos Jesuítas aos anos de 1980. Brasília - DF: Editora Plano, 2004.